

O discurso dos ri(s)cos e os riscos do discurso

Introdução

Num ensaio sobre comunicação ecológica, ou mais precisamente sobre linguística ecológica¹, seria injusto para com a nossa essência humana não começar com uma reflexão sobre o quotidiano. O meu propósito é, partindo do relato duma experiência pessoal (uma atribulada ida às compras, de carro, com dois dos meus filhos), abordar alguns aspectos daquilo a que podemos chamar o «discurso sobre o risco», que assume um papel central no debate sobre as consequências ambientais de certas tecnologias. Assim como a forma como eu introduzo o tema é propositadamente periférica (podendo ser desconsiderada como «não racional», ligeira» ou «jornalística»), também certos pormenores da temática me parecem ser ainda periféricos, e mesmo tabu, no contexto português. Assim, falar de riscos pode constituir um risco.

Em ecologia temos que relacionar assuntos (e maneiras de lidar comunicativamente com eles, ou seja, «discursos») aparentemente díspares e foi isso que tentei fazer. Começo portanto por abordar a questão polémica do transporte individual: é que uma sociedade que se organiza em torno do automóvel tem necessariamente sérios problemas com riscos, e até com os riscos associados aos lixos. Ora se a busca de consensos em matérias controversas não pode descurar a questão fulcral do acesso à informação, também se torna relevante perceber como é que se nos apresenta a informação que

¹ Este ramo da linguística conhece já alguns contributos teóricos, de que destaco Fill, 1993.

potencia o conhecimento, para que do conhecimento que se tem se possa inferir ou compreender determinados comportamentos. Coloca-se portanto a questão de saber se os meios de comunicação, a linguagem, a própria língua nos permitem aceder à informação do foro ambiental, mas também a de saber até que ponto a transparência (ou a falta dela) é inerente às línguas ou estritamente estratégica. Passarei portanto a centrar-me em alguns aspectos fundamentalmente linguísticos e interlinguísticos do debate em torno da questão ambiental, estabelecendo igualmente algumas relações entre léxico e cultura. Em alguns casos referirei linguistas, sociólogos – e até a própria *Greenpeace* – que, no contexto de língua alemã, se têm pronunciado sobre estas temáticas.

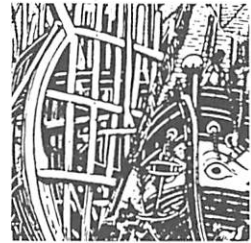
1. Os riscos da segurança da cadeirinha de segurança

Um dia destes fui às compras de carro, com os meus dois filhos mais novos, e sofri aquilo que se poderia considerar um autêntico *efeito de estucha*². Passo a explicar. Como manda o código da estrada, o meu carro tem também uma cadeira de bebé com um *design* do tipo «cumpre as mais *apertadas* normas de segurança» (o itálico é especialmente importante, como se verá). Sentei o bebé, enquanto fui dizendo ao meu outro filho para não sujar os bancos com as bolachas. Puxei então a fita de cima do lado esquerdo, a fita de cima do lado direito, a fita de baixo do lado direito para depois puxar a fita de baixo do lado esquerdo e simultaneamente empurrar o bebé para cima, que entretanto já se deixava escorregar para sair. A criança ficou mais impaciente e eu perdi uma das fitas, precisamente a do lado oposto àquele em que eu estava. Como tinha ainda a carteira ao ombro e não dava jeito procurar a ponta perdida debaixo do bebé com ela a atravancar, tendo ao

² Uma *estucha* é, no meu idiolecto, uma seca, uma chatice, um aborrecimento, aquilo que provoca irritação. Em meu entender, o efeito de estufa tem na sua origem muitos pequenos *efeitos de estucha* quotidianos, embora na realidade pouco se fale deles.

mesmo tempo que tirar o pacote de bolachas ao irmão, resolvi atirá-la para o banco da frente, facto que, com mais uma tentativa de fuga do meu pequeno rebelde, me fez voltar a perder uma das fitas. Nova tentativa, com a contrapartida dum pontapé no queixo e duns cabelos a menos no meu penteado matinal, e lá consegui finalmente juntar as quatro pontas. Podia então passar à fase seguinte: apertar o fecho. Uma das fitas estava ao contrário, por isso a fivela não podia funcionar. Outras tantas derrotas, gritos, berros, choros e lá consegui apertar o fecho, que era cor de laranja, garrido, bom para se ver à noite (em caso de acidente, é preciso retirar a criança rapidamente da cadeira, com um simples toque, antes que o carro se incendeie).

Tenho por hábito não andar depressa quando me irrito. Por isso daquela vez foi a minha irritação que salvou o meu filho. Numa dada perspectiva, terá sido mesmo a própria cadeirinha que salvou o meu filho, pois se não fosse o fecho eu não teria ficado irritada e não teria conduzido suficientemente devagar. Como a tecnologia também pode descambar para o torto (e aqui literalmente), o que aconteceu foi que, ao contornar uma rotunda, a cadeirinha *high tech* virou-se. Quando senti o meu filho bater com a cabeça no vidro lateral, olhei para trás e continuei a contornar a rotunda devagar, para me dirigir de imediato à urgência do hospital. Nessa altura apercebi-me de que os meus 30k/h tinham sido suficientes para não causar estragos de maior e estacionei o carro para colocar de novo a cadeira no lugar e para consolar a criança.



No meu carro só se consegue prender a cadeirinha ao banco de trás na parte de baixo, com o cinto de segurança. E assim, o que aconteceu foi que o meu outro filho (a quem eu, intempestivamente e em defesa dos direitos dos estofos do carro, tinha tirado o pacote de bolachas) se pôs a brincar com o cinto de segurança que prendia a cadeirinha, até que o abriu. A culpa, numa dada perspectiva, não foi da cadeirinha. Seria, nessa mesma perspectiva, do facto de eu ter mais do que um filho, não fora o que se passou a seguir.

Já a caminho, depois de resolvido mais este *pequeno pormenor de imple-*

mentação, o bebé apercebe-se de quão importante é para a sua sobrevivência futura o manuseio de fechos. Por isso, quando cheguei ao meu destino (por sorte sem ter ultrapassado os 40, devido ao trânsito, e sem ter feito nenhuma travagem súbita) já não precisei sequer de carregar no prático botãozinho cor de laranja: é que o meu rebento mais novo estava livre como um passarinho. Na verdade, se alguma coisa tivesse acontecido, o mais provável é que, também neste caso, me dissessem que a culpa não seria da cadeirinha, mas sim das vicissitudes da vida.

Depois deste princípio de manhã, acabei por trazer para casa uma quantidade maior de chocolates do que aquela que os médicos recomendam.

2. A sociedade do risco

A minha vontade era dar início às conclusões a tirar sobre este episódio com uma expressão como: *agora a sério*. Mas ela pressuporia que tudo o que está para trás, e que se caracteriza por um estilo aparentemente pouco académico, não foi dito a sério (a língua portuguesa obriga-nos a fazer uma clara associação entre discurso *sério* e *a sério*). O que constituiria uma flagrante mentira, tendo em conta a gravidade do que aconteceu (será que para falarmos de coisas *graves* temos também que adoptar sempre uma postura *grave*?).

Receio porém que as histórias do quotidiano já não possam ter conclusões, para não falar numa moral. Numa época em que tudo é imensamente complexo, e em que cada vez mais somente os técnicos e peritos estão habilitados a opinar, qualquer tipo de «moralismo», ainda por cima exposto desta forma, tende a ser combatido com inflamações verbais quase dignas dos tempos da inquisição. Só que, depois do que ia acontecendo ao meu filho, é compreensível que eu pergunte, e até com alguma emoção na voz, se não deveríamos tentar perceber aonde é que todo o discurso *high tech* ultra-moderno e sofisticado sobre questões de segurança nos está a levar.

Porém, será «politicamente correcto» e culturalmente adequado uma pessoa indignar-se em Portugal por um simples problema no manuseio de

fechos de segurança? Será também neste sentido que Mário Soares fala no direito à indignação pública, ou será que aponte a arma ao alvo errado? Em parte, é mesmo isso: o que está em causa nem é propriamente a segurança da cadeirinha, pois ela, *se não for usada*, é absolutamente segura. Mas se tivermos filhos pequenos, como eu tenho, só podemos deixar de a usar se não usarmos carro. Vendo bem, uma conclusão que se poderia extrair deste episódio é antes a de que não é líquido pressupor-se que o carro (e não o seu acessório cadeirinha ou cinto de segurança) constitua, para todos os que têm de o utilizar, uma incontestável melhoria na qualidade de vida.

Era muito mais agradável fazer as minhas compras a pé, de bicicleta ou de autocarro, em lojas de bairro ou mesmo na Baixa, onde quer que haja um jardim ou um parque infantil em frente. Por isso, a culpa também não é assim tanto do carro. É de toda uma organização do trabalho, da vida social e da própria cidade que nos obriga, enquanto trabalhadores a tempo inteiro, a ir às compras apenas uma vez por semana, nas chamadas «grandes superfícies», para enchermos o porta-bagagens com artigos produzidos, embalados e conservados com recurso a muitas outras novas tecnologias em que tanto se investe. Ou então para nos compensarmos, através do prazer efémero das compras, de outras necessidades que resultam da nossa permanente insatisfação connosco próprios e com muitas outras pequenas ou grandes *estuchas* a que quotidianamente nos deixamos sucumbir.

Por isso é natural que mal alguém abra a boca para se falar dos perigos da condução automóvel, ou dos perigos das incineradoras de lixo surja logo quem argumente que tudo isso é normal: ao entrarmos num carro, deparamo-nos *sempre* com perigos, assim como ao andar de avião, ao atravessar uma estrada, ao saltar da cama, ao fumar um cigarro, e por aí adiante. E se verdadeiramente não desejarmos incorrer nesses riscos, dizem-nos, somos livres de o fazer: podemos sempre não usar o carro, não andar de avião, não fumar, etc. Podemos sempre abdicar dum certo *bem-estar* («quem não arrisca não petisca»), ou seja, daquilo que já se vai designando na língua portuguesa, com ironia certa, por *cólide de vida*.

O que interessa não esquecer é que há riscos e riscos: seremos todos

assim tão livres de não morar ao lado de fábricas poluidoras ou de não sermos vizinhos de centrais nucleares? É que nesses casos já não estamos em presença de riscos a que as pessoas livremente, e individualmente, se sujeitam (como no caso do acto de fumar ou de ultrapassar o carro da frente) mas sim de riscos que lhes são impostos sem serem auscultadas ou sequer (devidamente) informadas.

É por isso que ter filhos é um risco acrescido, no mundo de hoje, e não só devido a situações como a que atrás descrevi. Assim se explica que cada vez mais gente escolha, em vez deles, o emprego, o carro, a câmara de vídeo – enfim, um subconjunto da miríade de coisas que nos oferece a sociedade «multiopcional» (Gross, 1994). E tal como a concorrência faz aumentar em espiral as exigências de qualidade para os produtos que compramos e para o nosso ambiente doméstico, aumentam também em espiral essas mesmas exigências de «qualidade» em relação a nós próprios e aos nossos filhos: para além do impressionante desenvolvimento que as tecnologias de manipulação genética têm tido, basta ver também a quantidade de livros que as nossas crianças levam para a escola primária, a quantidade de «deveres» que trazem para casa, a quantidade de brinquedos educativos que lhes compramos, quantas vezes temos de comprar roupa nova em seis meses porque a velha deixou de ter aquele ar impecável que os olhares da vizinha de secretária nos impõe. Etc., etc., etc.

Ora tudo isto faz com que aumente a poluição, a montanha de lixo, e os riscos daí decorrentes. Se para cada problema a tecnologia e o mercado arranjam solução, também acontece que cada solução costuma acarretar consigo um novo problema. Ulrich Beck (1986) chamava portanto à sociedade actual, num livro que levantou muita polémica, a «sociedade do risco» («Risikogesellschaft»). Não é que cada risco, individualmente tomado em consideração, seja assim tão grande. Eles são é muitos (*mais que as mães*, também em sentido literal!), estão muito longe temporal ou espacialmente – ou seja, são globais – e não são apercebíveis «a olho nu».

3. As palavras de plástico e os valores da mudança

Conciliar de forma harmoniosa os riscos que cada um de nós, individualmente, decide assumir (distribuindo equitativamente por todos tanto os benefícios como os prejuízos) é uma tarefa ciclópica que cabe à política, mas temo que esteja a ser levada a cabo apenas pela economia. A nossa democracia transformou-se num bocejante alvoroço de galos, sem substância. É feita, segundo afirmava há uns anos atrás o linguista Uwe Pörksen (1992) a propósito da congénere alemã, de «palavras de plástico», adaptáveis a todas as circunstâncias, que tanto podem significar uma coisa como precisamente o seu contrário.

Podemos partir do princípio de que há duas definições de política (Holly, 1990: 5-6). A definição maquiavélica, segundo a qual a política não passa dum mero recurso de manutenção do poder nas mãos duma elite. Assim, essa elite mune-se de todas as armas que estiverem ao seu alcance para nos convencer de que tudo o que de novo vai surgindo no mercado, bem como tudo o que se inventa para remediar os males causados por muitas das coisas que surgiram no mercado, é para nosso bem. Não está verdadeiramente em causa averiguar se vale ou não a pena correr certos riscos, porque se parte do princípio de que, mesmo que se opte por tecnologias reconhecidamente arriscadas ou poluentes, é possível (e talvez menos arriscado para os investimentos que já se fizeram ou que estão previstos) levar a sociedade, através de bem dirigidas campanhas de sensibilização pública, a aceitar viver com eles.

Mas à política subjaz idealmente, numa visão já não maquiavélica, mas sim aristotélica, uma dimensão ética. Nesta concepção, ela existe para salvarguardar o chamado «bem comum», os interesses de toda a sociedade. No caso deste segundo tipo de política, torna-se necessário averiguar se vale ou não a pena correr *certos* riscos, se se verificar que eles não se fazem acompanhar duma significativa melhoria da qualidade de vida para a generalidade da população. Para que este tipo de política possa coexistir com a «política real» acima descrita, é muitas vezes necessária uma atitude de cepticismo

em relação ao Poder (tanto na sua acepção económica como político-institucional). É o caso do movimento ambientalista nas suas diferentes vertentes, que, embora sem grande poder económico, se faz ouvir através da produção mais ou menos regular de acontecimentos com efeitos mediáticos.

A força deste movimento (e também de outros movimentos sociais) já conduziu a um aumento exponencial das «comissões de ética» num país como a Alemanha. Mas as concepções de ética podem ser diferentes entre si: uma delas poderá mesmo propor que se silencie ou doure certas pílulas, respondendo negativamente a perguntas como: será justo confrontar as pessoas com realidades desagradáveis? Contribuirá isso para a sua felicidade ou para o seu bem-estar? E se a realidade for desagradável, será de todo injusto oferecer-lhes uma realidade mais bonita, ainda que virtual? Num mundo em que cada vez mais o poder passa pelo controle dos meios de comunicação, estas questões adquirem uma importância capital. Assim, a tendência para a negação dos riscos ou para o seu silenciamento pode também aumentar com a sua proximidade, mecanismo psicológico perfeitamente conhecido e compreensível.

O discurso sobre o risco transforma-se num movimento dialéctico de que resultam muitas ambiguidades. Visto que os ambientalistas dispõem normalmente dum capital ético não desprezível, a política da chamada «economia real» precisa de se apropriar do seu discurso e mesmo dos seus conceitos, redefinindo-os em função dos seus próprios objectivos³. Se os ambientalistas falam em *protecção do meio ambiente*, governo e indústria rapidamente o farão também. Se se diz que é preciso *reduzir, reutilizar e reciclar* o lixo, depressa governo e indústria se arvorarão em paladinos dessa mesma política⁴. E se a correspondência que se visa estabelecer entre palavra e reali-

³ O que, por sua vez, também pode ser fatal. Segundo o *Der Spiegel* de 19.6.95, antes do recente boicote alemão à gasolina Shell, esta empresa tinha lançado campanhas de *marketing* muito ao estilo da *Greenpeace*, a que a população alemã aderiu entusiasticamente. Logo que se tornou evidente a renitência da empresa em abandonar os seus planos de afundamento da plataforma Brent Spar, a população reagiu como se viu.

⁴ Por outro lado, também é possível por vezes descortinar do lado ambientalista uma tendência para usar uma linguagem muito técnica, porventura para tornejar a frequente acusação de fundamentalismo.

dade designada for, em alguns casos, questionável, há que evitar a todo o custo o risco de conflito e aplicar todos os recursos – nomeadamente as palavras de plástico – na promoção de «consensos». Porém, se tudo o que for discutível estiver condenado a não ser discutido, há também sempre o risco de que essa falta de debate acabe mais tarde ou mais cedo por se constituir em rastilho de conflitos latentes.

No que se refere à questão com que eu inicie este artigo, e que me levou para a discussão da necessidade ou não do recurso ao carro (nó górdio civilizacional como vimos muito difícil de desatar), é possível constatar já alguns resultados deste processo dialéctico. Se o valor que inicialmente moveu a sociedade para a aquisição de automóveis foi o da mobilidade individual que eles permitiam, e se, numa segunda fase, os critérios de segurança e de baixo consumo passaram a constituir também motivos de compra preferenciais em alguns grupos-alvo, actualmente a força que, nomeadamente em países como a Alemanha, o movimento ambientalista tem vindo a adquirir, desde a entrada dos Verdes no espectro político-partidário, já fez com que em certos locais se esteja a caminhar para uma situação em que muitos cidadãos, de todas as idades, optam por limitar fortemente o uso do carro devido a uma combinação de factores como: cansaço (maior consciência do *stress* provocado por estradas superlotadas), protecção do meio ambiente (redução das emissões poluentes na origem), protecção da saúde física e mental (bicicleta) maior conforto (poder fazer outra coisa, como ler ou conversar, mediante o recurso aos transportes públicos). Alguns sectores da sociedade já optam actualmente por abdicar do carro com um outro argumento: a rejeição duma tecnologia que envolve um recurso intensivo a matérias-primas não renováveis ou dificilmente recicláveis.

Esta é uma das razões pelas quais comecei por falar do carro, apesar de mais adiante pretender abordar a questão dos lixos. E não teria começado justamente por aí se não tivesse tido recentemente oportunidade de recorrer exclusivamente aos autocarros ou à bicicleta, aquando da minha estadia na cidade alemã de Münster. Mas há mais razões: é que a alteração dos meios de locomoção ao dispor das sociedades actuais acarreta consigo alterações

profundas no próprio ambiente urbano. O simples facto de o município de Münster ter optado por investir em caminhos para bicicleta acarretou como consequência uma diferente distribuição do comércio, que passou a não se cingir a uma zona restrita da cidade, estendendo-se através duma miríade de pequenas lojas de todos os tipos, ao longo de muitas vias, principais e secundárias. Onde as pessoas podem passar livremente (e estacionar a bicicleta) gera-se negócio. Se é fácil ir às compras, vai-se mais vezes e compra-se em menores quantidades, ocupando-se o pouco espaço disponível na bicicleta para transportar os artigos que se deseja e não um monte de embalagens supérfluas. Assim, reduz-se o risco de assaltos, reduz-se a necessidade de recorrer a produtos muito embalados, reduzem-se as emissões para a atmosfera e a quantidade de lixo produzida. Reduz-se também, obviamente, a necessidade de cintos de segurança.

4. «O que não mata, engorda»: os riscos da periferia

Quanto a Portugal, a opinião com que fico quando olho à minha volta e quando leio jornais portugueses é a de que ainda estamos longe de ter atingido um consenso (sem aspas) a este respeito. Mas estamos também muito longe de ter sequer iniciado um conflito. Se alguma insatisfação social já existe, latente e perigosa, como no caso do «buzinão» em Lisboa, ela não está porém a ser suficientemente acompanhada por todas as franjas da comunidade científica, ou então esse acompanhamento não tem grandes repercussões na opinião pública. Temo que a nossa situação periférica, quer em termos geográficos, quer também em termos linguísticos, acabe por levar a que o «consenso» em matérias tão vitais para a nossa sobrevivência como são os problemas ambientais nos chegue de fora, por pressão política externa ou do próprio mercado. A polémica dos lixos, por exemplo, tem demonstrado quão importante é a adopção duma atitude de cepticismo: por muito que possa ser criticável a crítica, parece ser um dado adquirido que só ela tem permitido que os problemas passem a ser conhecidos e que assim se

possam ponderar mais democraticamente as medidas políticas tendentes à sua resolução.

Como germanista, é difícil não reparar na raridade com que as referências ao *ozono*⁵ nas baixas camadas da atmosfera aparecem em jornais portugueses, quando comparados com jornais alemães (o que em parte se compreende, devido às diferenças no tecido industrial e rodoviário). O mesmo acontece com toda uma série de outras designações de poluentes que são habituais na imprensa de língua alemã, fazendo mesmo parte do vocabulário comum, e que até dão azo a uma certa ironia, como aquela que está patente na expressão *Schadstoff der Woche* (o poluente da semana), frequentemente usada para ridicularizar uma eventual predisposição mórbida da população de língua alemã para debater estes assuntos.

Todavia, ainda não decorreu muito tempo desde a Conferência de Berlim sobre as alterações climáticas e, ao folhear os principais jornais portugueses durante esse período, fiquei com a sensação de que não seria possível ao cidadão comum tomar verdadeiramente consciência da política concreta do governo português nesta matéria, que aliás pretende aumentar em 30 ou 40 por cento, mais do que qualquer outro país da UE, as emissões de dióxido de carbono para a atmosfera (*Natur*, 1995: 49)⁶. O cidadão comum não chegou tão pouco a perceber quais as razões do governo e dos ambientalistas em relação à ponte do Montijo: os argumentos de parte a

⁵ Para quem não saiba, trata-se dum poluente emitido por automóveis que se mantém nas baixas camadas da atmosfera, provocando alergias e, segundo parece estar comprovado, até mesmo cancros. Trata-se também do pomo da discórdia numa das mais recentes e mediáticas controvérsias alemãs: o estabelecimento dos valores-limite a partir dos quais se anunciará o «alarme de ozono» e a consequente proibição da circulação de veículos, privados ou de mercadorias, que não estejam equipados com catalisador. Note-se que me refiro ao ozono nas baixas camadas da atmosfera – produzido por gases de escape, mas também por fotocopiadoras e outros aparelhos eléctricos. Nessa medida, não tem a ver com o chamado buraco de ozono. Esta explicação é relevante, pois perguntar a um médico português se uma determinada reacção alérgica se poderia eventualmente dever ao ozono pode suscitar confusões.

⁶ No caso dos veículos motorizados, responsáveis a nível global por 20% das emissões de CO₂ para a atmosfera (Heimann, 1995), um gravíssimo problema é constituído por toda uma série de outros poluentes, reconhecidamente cancerígenos, lançados pelos gases de escape e de que muito menos se fala (Henschler, 1995).

parte não foram, a meu ver, suficientemente explicitados na imprensa. Fica-se com a sensação de que, a haver política, é uma política inconveniente e embaraçosa em termos de opinião pública.

Faz parte da cultura de «brandos costumes» que transmitimos aos nossos filhos a ideia de que «tudo o que é bom faz mal» ou a de que «o que não mata, engorda». À pala dessa herança cultural, tornou-se mesmo «politicamente correcto», entre nós, bagatizar riscos e perigos com argumentos como o de que eles são inerentes à existência humana e de que «o que não tem remédio, remediado está»⁷. Quando alguma coisa é feita (e isto é válido também para países ricos como a Alemanha), atacam-se os problemas de poluição com tecnologia de fim-de-linha (os catalisadores para os carros, os ainda necessários, mas não eternizáveis filtros para as chaminés, as ETARs, as incineradoras, os aterros, e também – porque não? – a cadeira de bebé para o carro e o cinto de segurança). Em Portugal, essa política é levada a cabo com o argumento (correcto, aliás) de que ainda é preciso resolver os problemas ambientais de primeira geração. Mas evita-se assumir posições mais arrojadas, e creio mesmo que essa atitude é por vezes acompanhada dum preconceito cultural em relação à alegada arrogância dos países ricos do Norte, germânicos ou escandinavos⁸. Simultânea e subservientemente

⁷ Segundo um artigo publicado na *Frankfurter Rundschau* de 2 de Junho de 1995, com o título «ozonig», também os franceses não parecem estar preocupados com o ozono nas baixas camadas da atmosfera. O artigo prossegue lembrando ironicamente que quando, na sequência de Chernobyl, a nuvem radioactiva atravessou a Europa, bastou que a França fechasse as suas fronteiras e dissesse «daqui não passas!» para que, ao contrário do que se passou na Alemanha, no país de Asterix não se tivesse ouvido falar em carne ou em legumes radioactivos. Por outro lado, no jornal português *Público* saiu em finais de Junho de 1995 uma pequena notícia dando conta da especial apetência dos alemães para ficarem doentes por razões ambientais. Parece-me, pois, não ser descabido recordar aqui um comentário da linguista Deborah Cameron, que esteve recentemente em Coimbra, a propósito dos portugueses: dizia ela, num almoço informal, que os portugueses se queixam muito de alergias...

⁸ Países onde aliás a influência cultural do luteranismo foi maior, até mesmo no que toca a aspectos como os índices de leitura e, em meu entender, o próprio estilo comunicativo das pessoas. Eis pois a razão da ambiguidade da palavra «ri(s)cos», no título que dei a este trabalho: frequentemente se diz também que só os que estão bem na vida (independentemente do país em que vivem) se preocupam com o ambiente, o que me parece uma generalização abusiva. Por isso mesmo, as diferentes definições de «ambiente» e de «riqueza» deveriam ser explicitadas.

permite-se porém que grandes interesses económicos, como os do sector da embalagem *one-way*⁹, nos imponham cada vez mais a mentalidade de usar e deitar fora, extremamente dependente das infraestruturas rodoviária e da incineração de lixos.

O episódio da cadeirinha de segurança, bem como as inter-relações que estabeleci com outros fenómenos do quotidiano, permitem-nos agora compreender que o efeito de estufa ou a problemática da poluição e dos resíduos são provocados não tanto pela emissão de toda uma panóplia distante e incompreensível de poluentes (e dos quais ainda tendemos a falar usando o termo demasiado genérico *poluição*), mas antes pela prisão perpétua (ou gaiola dourada) que estamos a impor a nós próprios e aos nossos filhos com o estilo de vida que levamos e que os condicionalismos da nossa economia e da nossa vida social nos impõem. Assim, o cinto de segurança assume no presente trabalho um valor simbólico, mas noutro sentido: através dele nos transformamos, em nome duma cada vez mais questionável mobilidade, em seres apáticos e inertes.

Repensar pois a miríade de riscos a que o nosso quotidiano nos expõe é uma tarefa imprescindível e inadiável. Daí também a legitimidade científica do discurso informal que usei atrás, pois talvez nos faça «regressar à Terra» (Marques, 1994). Com todos os *bits* de informação de que dispomos hoje – e justamente *por causa* desse mesmo excesso de *bits* –, se não dedicarmos uma atenção especial ao nosso próprio quotidiano, até mesmo a algo de tão quotidiano e de tão inerente a nós mesmos como é a linguagem, arriscamo-nos a só tomar consciência dos problemas quando já for tarde demais.

Em qualquer caso, o PIB não pode ter o peso excessivo – e exclusivo – que tem hoje na avaliação do grau de riqueza duma sociedade. Já há tendências de consumo que apontam para um bem-estar ou conforto «light», compatíveis com um desenvolvimento sustentado.

⁹ Veja-se, entre outros, o slogan da multinacional Tetra Pak, infelizmente verdadeiro em ambas as acepções da palavra *embalagem*: «Portugal está com mais embalagem!».

5. A linguística face ao poder (linguístico e comunicativo) dos peritos

Não hesito pois em afirmar que os problemas ambientais me parecem ter também a sua origem em questões de comunicação e de linguagem. Uma das teses do conhecido sociólogo alemão Niklas Luhmann (Luhmann, 1989) é a de que o discurso sobre os riscos constitui, em si mesmo, um discurso arriscado em termos sociais¹⁰. Alarmar a sociedade com sucessivos escândalos sobre químicos cancerígenos na alimentação, ou sobre produtos geneticamente manipulados, ou sobre grandes projectos tecnológicos é pior, pelas consequências sociais que isso pode acarretar, do que a aceitação dos riscos que essas mesmas tecnologias envolvem¹¹. Assim, como dizia há tempos um sociólogo português¹² que parecia corroborar a teoria de Luhmann, é melhor não fornecer às pessoas, aos chamados leigos, «demasiada informação», pois isso poderia trazer consequências imprevisíveis para o debate, que rapidamente degeneraria em de-«bate» (o gesto que fez com as mãos é elucidativo). Um pressuposto básico deste tipo de afirmações da parte de sociólogos parece ser o de que a sociedade actual está irremediavelmente dividida entre leigos e peritos. E que cabe estritamente aos peritos a decisão sobre aquilo que é ou não adequado.

Ora uma das tarefas das Ciências Humanas em geral, e da linguística em particular, é justamente estabelecer a ponte entre leigos e peritos, num mundo cada vez mais dominado por estes últimos. Com efeito, a confusão tende a instalar-se, em virtude de também sermos cada vez mais confronta-

¹⁰ Também não são de desprezar os riscos pessoais que dele podem advir: perda de reputação, processos em tribunal, perda de emprego.

¹¹ Veja-se também Luhmann, 1991, em que o autor tece considerações a meu ver igualmente polémicas sobre os riscos da observação da realidade, nomeadamente os riscos de investigar em certas áreas, não especificando quais. Assim, se para um cientista poderá ser arriscado trabalhar em áreas muito contestadas, como a da energia nuclear, também poderá não ser menos arriscado trabalhar em áreas periféricas, ou seja, para as quais os investimentos da indústria não são canalizados.

¹² Esta afirmação foi feita num colóquio organizado conjuntamente pela Associação Portuguesa de Engenheiros do Ambiente e pela Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, que teve lugar a 27 de Maio de 1994 na Universidade de Aveiro. A comunicação apresentada não consta das respectivas actas.

dos com posições contraditórias por parte de diferentes peritos. No caso da Germanística, considero tarefa prioritária estabelecer a ponte entre o debate sobre riscos ambientais que se faz em países de língua alemã e em Portugal, que, por ser periférico na UE, está sujeito aos riscos acrescidos da falta de informação e da desinformação. Em suma: a linguística pode e deve contribuir para um maior acesso do cidadão comum, homens e mulheres, ao conhecimento científico e tecnológico que cada vez mais o condiciona e limita na sua vida quotidiana, como acima tentei demonstrar através do episódio com a cadeirinha do carro. E também pode contribuir para que as questões do quotidiano de cada um se tornem visíveis, ou seja, para que adquiram de facto a relevância que deveriam ter para se determinar o rumo da investigação futura (e isto não estritamente numa perspectiva imediatista de «pesquisa de mercado»). Nessa medida, só posso discordar de Luhmann, em relação ao caso português. Temos ainda um grave *deficit* de informação, e até mesmo de informação alarmista. Pior ainda: há um *deficit* de formação para a procura autónoma de informação, para a interpelação pública, para a participação democrática.

Mas clarificar o que se entende por leigo e por perito não é tarefa fácil, numa sociedade com um número cada vez maior de «peritos» (há peritos para tudo, até para coisas como o futebol!), fragmentada em interesses cada vez mais díspares entre si e com vocabulários específicos cada vez mais alargados, devido à crescente variedade de ofertas para os diferentes grupos sociais. Contrariamente ao lamento que muitas vezes se ouve da parte da dialectologia e da sociolinguística, devido à morte de muitas línguas em consequência duma alegada imparável uniformização linguística, eu creio que estamos antes de mais à beira duma nova Babel, tantos serão em breve os vocabulários particulares numa sociedade que tende para uma crescente complexidade e diversificação. Mais do que a leitura de um livro, torna-se por vezes esclarecedor um olhar crítico para a secção de revistas duma boa livraria. Assim, ler é também ver o que está à nossa volta e não nos deixarmos engavetar demasiadamente num determinado segmento de mercado.

Na Alemanha, trabalhos recentes no domínio da sociolinguística diacrónica e da lexicologia têm vindo a constatar uma certa quebra no poder

linguístico dos peritos (Jung, 1990) e a provar a necessidade de conferir ao leigo um estatuto mais importante (Wichter, 1994), ou seja, a contrapor ao poder linguístico dos peritos a existência (muitas vezes esquecida) e legitimidade do discurso do leigo¹³. Há cada vez mais pessoas inicialmente leigas numa determinada matéria que, por algum motivo particular, começaram por iniciativa própria a informar-se sobre determinadas questões – sobretudo aquelas questões que se prendem com o seu quotidiano, como são aquilo que se compra, o desporto que se pratica, as doenças de que se sofre e também, justamente, as diferentes alíneas de matérias controversas como as da protecção do meio ambiente. Os chamados «leigos interessados» já sabem o que são nitratos e estão a par da evolução do buraco de ozono, para o que muito contribui o sucesso mediático do movimento ambientalista e também da miríade de revistas de divulgação especializadas nessas matérias. Finalmente, que dizer daquelas situações em que são as crianças que ensinam os próprios pais, professores ou autarcas, como por exemplo no comportamento a ter em relação ao lixo?

Em contrapartida, o perito no sentido tradicional pode também ser assaltado por crises de ignorância, devido à complexidade e abrangência dos problemas a resolver, a que o enorme grau de especialização hoje reinante em muitas áreas do saber não dá resposta: pode pois faltar-lhe uma formação de outro tipo. Assim, certas áreas das ciências exactas talvez devam mesmo ser levadas a cabo por pessoas que pudessem comprovar uma profunda formação humanística e filosófica. Serão todos os peritos capazes de entender que a solução do problema quotidiano que acima descrevi pode não passar por substituir os fechos da cadeirinha de bebé por outros mais «fiáveis»?¹⁴

¹³ A palavra «leigo» significa, segundo o dicionário de Língua Portuguesa «Editora» «que ou aquele que não tem ordens sacras; laical; secular; fig. ignorante, desconhecedor.» Torna-se evidente a associação com o domínio religioso: nos tempos que correm, um perito numa dada área corre tanto o risco de ser acusado de dogmatismo ou mesmo de fanatismo religioso como um «leigo» ou «ignorante» de ser elogiado pela sua postura independente ou pela sua perícia em se esquivar ao peso da sabedoria, quando esta for equivalente a «dogma».

¹⁴ Com efeito, a solução, em termos globais, não se coaduna com continuarmos indefinida-

A colaboração interdisciplinar é bem-vinda, embora também não seja a panaceia universal: dela poderá também resultar a incompreensão mútua, nomeadamente pela utilização de diferentes termos técnicos ou de diferentes acepções para os mesmos significantes (Wichter, 1988). Apesar de existirem cada vez mais terminologias de especialidade, em resultado de actos de normalização que se pautam por nobres princípios de não ambiguidade, visando a «optimização» do processo comunicativo, elas não escapam àquilo que eu designaria por ironia da comunicação: é que encarar a linguagem meramente como um instrumento de entendimento mútuo é uma visão ingénua da realidade. As terminologias técnicas – como qualquer outro tipo de linguagem, aliás – também são ambíguas (Roelcke, 1991).

A linguística pode tentar estabelecer, partindo de textos concretos, as coordenadas referenciais e comunicativas da utilização de termos de especialidade (que significa *ozono*, se não for claro a que *ozono* nos referimos, ao das altas ou ao das baixas camadas da atmosfera? Que significa a palavra alemã *Boden*¹⁵ para todos aqueles que, oriundos de disciplinas diferentes, debatem assuntos como o ordenamento de território, a preservação da Natureza, etc?). Mas também intervindo criticamente no sentido de questionar o poder dos tecnocratas no estabelecimento de definições para conceitos que são vitais para o bem-estar da população. Uma das tarefas interes-

mente a apostar em tecnologias muito consumidoras de materiais (*materialintensiv*), como é o caso da indústria automóvel e de todos os seus acessórios, mas antes por desmaterializar a produção (*desmanufacturar*). E sei que dizer isto no contexto português, depois do caso da Renault, é também um risco. Mas há alguns riscos que temos mesmo que assumir. Caso a sociedade continue, como se prevê, a optar pelo carro, é preciso dizer que, segundo ouvi a E. Ulrich v. Weizäcker, numa feira de tecnologia ambiental a que fui em Düsseldorf (*Envitec*, 21 de Junho de 1995), já existem protótipos de carros que consomem 1/2 l aos 100Km. A resistência da indústria em os comercializar tem sido o principal obstáculo à sua produção. Ora a indústria resiste porque o que faz vender carros actualmente é a miríade de acessórios com que eles vêm equipados, nomeadamente os mais variados sistemas de segurança e de conforto interior, os quais – é preciso que se diga – são absolutamente incompatíveis com uma política industrial tendente a uma redução drástica do consumo de gasolina.

¹⁵ O dicionário de Alemão-Português «Editora» inclui um inventário alargado de traduções para este termo, de que destaco algumas: *solo, chão, terreno, terra, soalho, sobrado, base, fundamento, bens imobiliários, bens de raiz*. Sobre as diferentes definições para *Boden*, consoante a perspectiva científica que se adopta, ver também Wittkämper, 1992-93: 53-55.

santes neste campo consiste, por exemplo, em tentar perceber o que significam, para todos os que as usam, as palavras *risco*, *riqueza*, *conforto*, *qualidade de vida*, *crescimento* ou mesmo a palavra *lixo*. Pegando nesta última, é útil averiguar como é que esta realidade é designada em diferentes línguas e em que termos é que este complexo conceptual é definido nas diferentes legislações nacionais ou em dicionários de uso comum e de especialidade. De facto, a Greenpeace tem alertado insistentemente para uma estranha forma de *reciclagem*: a transformação linguística do lixo em *mercadoria*.¹⁶

Mas isso exige que os linguistas não se escondam eles próprios atrás duma retórica e duma terminologia impenetráveis, fruto duma crença ingénua num hermetismo «científico» que só pode contribuir para que o fosso entre leigos e peritos, uma das principais causas do tão falado desgaste da democracia, se torne cada vez mais intransponível. Falar bem não é necessariamente falar difícil: há que educar, não para a insustentável ligeireza do discurso difícil, mas para a precisão e rigor dum discurso inteligível. A linguística deve pois manter-se atenta ao que a rodeia para ser capaz de descrever situações de desentendimento, quer conflituoso, quer consensual, pois em ambos os casos pode haver desentendimento: veja-se de resto a complexidade envolvida na própria definição de *consenso* (Giegel, 1992).

Em questões polémicas, como no caso da transferência de tecnologia, e concretamente no domínio das chamadas tecnologias de «protecção do ambiente», verifica-se com frequência um uso essencialmente político de termos de especialidade. Aliás, esses termos tendem rapidamente a extravasar o círculo restrito dos técnicos para serem disseminados na linguagem comum, sendo por isso mesmo cuidadosamente escolhidos com vista a obterem a aceitação do público: e aqui tanto a indústria, como o próprio movimento ambientalista, têm tido um papel muito importante. Assim, para o linguista o que está em causa não é necessariamente polemizar, com intuitos manifestamente prescritivos, como se polemizou a propósito da legitimidade ou não de termos como *software*, por oposição a *suporte lógico*. Não se

¹⁶ Daí o slogan desta organização: *Müll bleibt Müll!* (Lixo é lixo!).

trata meramente de salientar as virtudes ou desvantagens da utilização de termos vernáculos, como em França com a controvérsia em torno do termo *sac gonflable* para *airbag*. Mais importante é que a investigação não se fique por aí e se tente descortinar, num intuito acima de tudo descritivo e não perdendo de vista uma perspectiva evolutiva ou diacrónica da língua, quem diz *almofada de choque* em vez de *airbag* (se é que, em Portugal, alguém o faz!) ou vice-versa, e por que motivo o faz. E estimular o uso crítico/criativo da linguagem, em vez de adoptar uma atitude repressiva¹⁷ em relação às inovações que vão surgindo espontaneamente. Assim, porque não se há-de poder dizer *almofada de choque* ao lado de *airbag*, se ambas as designações, embora denotem o mesmo, não são idênticas em significado? Porque não se há-de aceitar a expressão *cólidez de vida*, se o próprio carácter «feio»(?)¹⁸ do significante se adequa especialmente a uma realidade que é urgente criticar? E porque não havemos de registar com agrado a criatividade linguística de Cavaco Silva, que há tempos chamava ao PDEC¹⁹ algarvio (segundo Miguel Sousa Tavares, numa crónica do jornal *Público*) um *susto* de desenvolvimento?

Isto não quer dizer que a linguística sintagmática não mantenha a sua importância, sobretudo se envolver uma componente textual e se nos permitir, por exemplo, avaliar criticamente um determinado texto, no sentido de nos apercebermos de eventuais contradições semânticas, omissões, ou até mesmo excessos retóricos como as estratégias para *épater le bourgeois*, também muito típicas de certas linguagens técnicas quando usadas em operações de relações públicas.

No entanto, o eixo paradigmático é de importância capital na avaliação do que está por detrás da nossa própria consciência ecológica. Há que descrever as associações que um determinado termo suscita, bem como os seus

¹⁷ Ainda é frequente em Portugal desqualificar terceiros com o argumento suspeito de que as palavras usadas não vêm no dicionário.

¹⁸ O critério estético parece ser, entre nós, muito importante na avaliação dum neologismo. Mas como caracterizar mais concretamente o que está na base das noções de «belo» associadas às palavras?

¹⁹ Esta sigla («Processo de desenvolvimento em curso»), por sua vez, é de Schmidt, 1993: 5.

usos metafóricos, no sentido de podermos compreender eventuais aproveitamentos estratégicos. Interessante neste contexto me parece o termo, muito corrente na imprensa de língua alemã, *Verkehrsinfarkt*²⁰: à letra, *enfarte provocado pelo trânsito* (subentende-se o trânsito automóvel), ou *enfarte rodoviário*. Por sua vez, o título duma brochura da organização ambientalista alemã BUND era *verkehr verkehrt* (*verkehrt* quer dizer «ao contrário») e assim, consoante a interpretação que lhe dermos, poderá significar *o trânsito vira-nos ao contrário* ou *o trânsito está ao contrário* – em todo o caso, a precisar de mudanças que invertam o sentido que as coisas estão a levar! Mas a palavra *Verkehr* também pode querer dizer *relações humanas*, particularmente as de natureza sexual. Que consequências podem advir da utilização destes dois signos com o mesmo significante? De facto, saber até que ponto o apego ao carro é sintoma de, ou estimulado pela publicidade como compensação sexual é uma velha controvérsia que tem sido também muito aproveitada (lembro-me duma campanha publicitária recente baseada no *slogan: sexo sobre rodas*). Um exemplo análogo é o da palavra *power*, no inglês, que, consoante o contexto, tanto se traduz por *electricidade* como por *poder*. Também o nosso estilo de vida actual se deve ao enorme poder que hoje detêm as companhias de produção energética, sendo que uma questão central do movimento ecológico é saber se conseguiremos inverter a degradação acelerada das condições ambientais através da penalização das fontes energéticas escassas, poluentes ou de alto risco em favor das chamadas *energias soft* ou *energias renováveis*. Por isso, não é de espantar que a EDP (Electricidade de Portugal) aproveite num dos seus anúncios as potencialidades da morfologia do português para anunciar os seus produtos como *energia renovada*²¹.

²⁰ Na era das auto-estradas da informação já se fala também em *Informationsinfarkt* («enfarte informativo»).

²¹ Numa recolha de erros de formulação de alunos universitários encontrei algumas confusões do tipo: infância/infantilidade, mediano/intermédio, lúcido/elucidativo. Por isso, não me espanta a possibilidade de confusões porventura intencionalmente geradas e aproveitadas entre «energia renovável» e «energia renovada», que aliás faz lembrar a que pode existir entre «reciclado»/«reciclável», «desenvolvimento sustentado»/«desenvolvimento sustentável».

Finalmente, não deixa de ser interessante averiguar em que medida se pode, a partir das características das línguas, especialmente do vocabulário e do seu uso, compreender melhor certos traços culturais ou mesmo certos desenvolvimentos históricos, de que poderá ser exemplo o recente boicote maciço da população alemã à compra de gasolina Shell, em virtude do planeado afundamento da plataforma petrolífera Brent Spar. De facto, nem britânicos nem franceses reagiram de forma tão emotiva e empenhada aos intentos da multinacional (*Der Spiegel*, 19.6.95, pp. 23-24)²². Cabe pois encontrar algumas das raízes culturais – e até mesmo linguísticas – deste boicote. É o que tentarei fazer no capítulo que se segue.

6. Transparência «nua e crua» (alemão) ou inocente opacidade (português)?

A população de língua alemã é conhecida pela sua preocupação obsessiva, segundo alguns, com os problemas da protecção ambiental. É este, pelo menos, um dos frequentes estereótipos que encontramos na imprensa portuguesa. Mas uma análise lexical fez-me concluir que essa afirmação poderá não ser totalmente correcta. Se partirmos da própria palavra portuguesa *ambiente*, verificamos que os dicionários alemães mais recentes registam uma palavra com o mesmo significante, *das Ambiente*, importada a partir do italiano, mas que quer dizer qualquer coisa como a arte de viver com uma mistura de luxo, *design* e sofisticação (Ferreira, 1995). Por isso não tem nada a ver com o significado da palavra *Umwelt*. Assim, quando numa publicação do ICEP (Instituto do Comércio Externo Português), intitulada *Comércio e Indústria* (n.º 1, Abril de 1995) se dizia, há tempos, que muitas empresas portuguesas teriam estado representadas numa *Feira do Ambiente* na Alemanha, temos de nos perguntar o que é que, ao certo, se queria dizer, pois se tratava de firmas de mobiliário e de materiais de construção. É caso para nos perguntarmos se este tipo

²² Mais recentemente, a mesma receita foi aplicada por muitos sectores da população em relação aos produtos oriundos de França, devido aos testes nucleares em Mururoa.

de *protecção do ambiente*, tal como o que está implícito na designação portuguesa *ambientador*²³ é equivalente ao que normalmente se subentende na língua alemã através da expressão *Umweltschutz*. E também nos podemos perguntar se quando falamos em *poluição* queremos dizer exactamente as mesmas coisas que os alemães com a palavra *Umweltverschmutzung*.

Comparando este termo que acabo de usar – *poluição* – com o seu correspondente alemão *Umweltverschmutzung*, podemos talvez aperceber-nos da influência que a língua pode ter sobre a maneira de pensar e de agir numa comunidade linguística. É que, enquanto o termo *poluição* se manteve entre nós durante muito tempo, uma «palavra difícil»²⁴, ou um termo técnico para pessoas ligadas às engenharias do meio ambiente, a palavra alemã *Umweltverschmutzung* contém todos os ingredientes que estimulam a acção: *verschmutzen* corresponde, em alemão corrente, a algo que equivale ao nosso simplório e quotidiano *sujar*. E quem gosta de ver a sua casa suja? Se em vez de termos optado por *poluição* tivéssemos começado por inventar a palavra *sujação*, talvez algumas padeiras de Aljubarrota tivessem reagido mais cedo em algumas ocasiões. O mesmo se diga do substantivo *poluente*, por comparação com o termo alemão *Schadstoff*: à letra, *Schadstoff* quer dizer *material que faz mal*, e assim qualquer leigo, por mais analfabeto que seja, é capaz de compreender e de usar esta palavra. Também ainda é muito usual entre nós preferirmos designações complicadas, ou mais «pesadas», como *produtos químicos* em vez de *químicos*, ou *produtos tóxicos* para algo que na Alemanha é vulgarmente conhecido por *Gifte* (*venenos*)²⁵.

²³ Que designa um *spray* ou outro dispositivo que emite aromas sintéticos, especialmente para casa de banho.

²⁴ Há tempos um dos meus filhos, ao olhar para a chaminé dum fábrica, dizia: «ó mãe, olha ali tanta *publicidade* a sair daquela chaminé!». Pelo caminho que as coisas estão a levar, ele não deixava de ter razão. Sobre a questão das «palavras difíceis» no alemão (traduzo assim o conceito de «*schwere Wörter*», que à letra também se podia traduzir por «palavras pesadas») vejam-se ainda os trabalhos de Strauss, Gerhard ; Zifonun, Gisela, 1985.

²⁵ Contudo, é perfeitamente natural que entre nós se diga, com o maior à-vontade: «Vou pôr *veneno* nas árvores, que estão com pulgão». A ideia de *veneno* pressupõe aqui a existência dum inimigo contra o qual se actua deliberadamente, e que não é, caso o produto seja submetido a um uso normal, equivalente a nós próprios. Aqui, a palavra *veneno* chega a ser comutável com (ou sinónima de) *remédio*. Na língua alemã a palavra *Gift* poderia ser, neste contexto, tabu, pois

Não deixa de ser interessante, e até mesmo compreensível, em parte devido à transparência (cf. Ullman, 1977: 168-240) das palavras alemãs *Umweltverschmutzung* ou *Schadstoff* (o que por sua vez poderá contribuir para o destaque dado pela comunicação social em países de língua alemã a estas temáticas), que sejam tão correntes palavras como *Umweltsünder* (à letra, *pecador ambiental*), *Klimakatastrophe* (*catástrofe climática*)²⁶, *Müllnotstand* (*situação de emergência no que toca ao lixo*: note-se a tão incômoda verbosidade da língua portuguesa!), *Mülllawine* (*avalanche de lixo*), *Mülltourismus* (*turismo do lixo*, uma maneira irônica de falar de exportação de resíduos), *Ozonkiller* (*assassino do ozono*). E veja-se também a própria palavra *Waldsterben* (à letra, *a morte da floresta*²⁷, que, segundo apurei, os franceses muitas vezes não traduziram e que no português pode manter a forma original)²⁸. Mesmo quando nos morre a floresta numa maneira muito mais rápida e visível do que no caso da floresta alemã, nós falamos um tanto ou quanto «friamente» em *incêndios florestais* e não em *morte da floresta*! Olhamos porventura mais para o agente e não tanto para a vítima, como se ela não tivesse outra importância para além do valor económico da madeira²⁹.

embora também possa designar pesticidas de síntese química, está sempre presente na mente da grande maioria dos falantes (ao contrário do que parece verificar-se ainda no português) a sua qualidade de prejudiciais à nossa própria saúde, mesmo em consequência do seu uso normal. Não deixa de ser relevante que a palavra *veneno* conheça recentemente uma nova aplicação no português: tem sido insistentemente usada pelos promotores da campanha contra os aterros e incineradora de resíduos tóxicos em Portugal.

²⁶ É particularmente evidente que, apesar de a imprensa portuguesa, para fenómenos de âmbito local (morte de peixes nos rios, incêndios florestais) falar com frequência em *catástrofe ecológica*, a expressão *catástrofe climática* – que se refere a um fenómeno de âmbito global – nem mesmo em face da prolongada seca no sul do país tem sido utilizada.

²⁷ Melhor seria mesmo: *o morrer da floresta*, ou a *agonia da floresta*, ou a *morte lenta da floresta*. É que o processo de conversão que dá origem ao substantivo *Sterben* a partir do verbo homónimo deixa implícita a ideia de um processo continuado, que não ocorre subitamente e que até nem estaria ainda terminado. Se o contrário fosse o caso, haveria um outro substantivo disponível no alemão: *Tod*.

²⁸ Tal é o que se verifica em Marques, 1993: 41, que aqui reproduzo: «[...] só em 1980 foi possível determinar com algum rigor o fenómeno das *chuvas ácidas* (*Waldsterben*), em particular o seu contributo para a deterioração do estado fitossanitário das florestas temperadas»).

²⁹ Aliás, até mesmo o termo *floresta* é eufemístico (sendo mesmo contestado por ambientalistas como Jorge Paiva): na verdade o que temos são pinhais ou eucaliptais.

As características estruturais do alemão, por oposição às línguas românicas, são aqui determinantes (veja-se o pudor em relação ao eventual neologismo *sujação*, considerado instintivamente pelos informantes que consultei como um termo «feio»), particularmente no que respeita à maior capacidade para a formação de palavras compostas. Por sua vez, a palavra composta é uma forma condensada de nos referirmos à realidade: há muito que é pressuposto, o que se deve à já longa tradição de debate sobre questões ambientais nos países de língua alemã, que deixou inequívocas marcas na língua.

Quanto ao português, é particularmente evidente no nosso próprio estilo comunicativo (porventura como herança do período anterior ao 25 de Abril, mas também, embora mais remotamente, da própria Inquisição), um pretenciosismo excessivamente respeitador de hierarquias e uma retórica de encher, muito enviesada, que tem os seus inconvenientes. Quanto ao léxico, sentimo-nos ao mesmo tempo fascinados e intimidados perante termos técnicos ou eruditos que não são nada transparentes para quem não sabe latim ou grego, como se verá a seguir.

7. Admirável linguagem do lixo

Não é portanto de estranhar o *lapsus linguae* que ouvi a uma pessoa responsável pela gestão dos lixos num município português, durante uma alocução pública, em Novembro de 1994: a pessoa em causa dizia sempre *incarinação* em vez de *incineração* dos lixos. Se a palavra alemã *Müllverbrennungsanlage* é, também aqui, muito mais transparente para um leigo do que a portuguesa (apesar da não transparência da sigla correspondente MVA, também muito usada), considero um passo positivo que já se fale em *incineradoras*, ainda que por vezes numa maneira um pouco atabalhoada, e não (como aconteceu numa fase inicial da mediatização deste problema), numa maneira excessivamente vaga ou eufemística, muito embora ‘técnica’,

em unidades de tratamento³⁰ ou de valorização energética do lixo (ver, sobre esta designação, Ferreira, 1994). É positivo que os políticos comecem a ter de ser mais precisos no seu discurso, por pressão duma sociedade mais informada e comunicativamente mais exigente e ousada. Neste contexto é de mencionar o actual presidente da associação ambientalista Quercus, que recentemente se referia às incineradoras hospitalares actualmente existentes no país como *fornalhas* (Palma, 1995). De igual modo, a futura incineradora prevista para Lisboa era há tempos designada pelas expressões *catedral tóxica* e *chaleira tóxica*, num dos sempre acutilantes artigos de Luísa Schmidt. Por sua vez, um recente artigo do jornal *Público* referia-se às incineradoras de resíduos tóxicos como *assadores de lixo* (Marmelo, 1995; Schmidt, 1994).

Muito embora eu atrás tenha usado o termo «transparência» para designar uma propriedade estrutural do léxico alemão, por oposição ao das línguas românicas, esta palavra remete-nos também para a ideia, frequentemente defendida, de que todas as línguas mostram, reflectem ou espelham a realidade que nos rodeia (contudo, um espelho não é a mesma coisa que uma janela, pois serve em primeira linha para nos vermos a nós mesmos!). Como os exemplos que acabo de comentar bem o demonstram, em domínios tabu ou controversos a «transparência» não existe: o emissor pode recusar-se a descrever os aspectos negativos da realidade, apresentando-a numa faceta mais positiva, ou vice-versa. Ou seja: a língua é comparável a um espelho, sim, mas a um espelho que não é plano ou que pode mesmo ser quase opaco. Caso preferamos a metáfora da janela, poderíamos dizer que a língua é uma janela que os falantes guarnecem com cortinas: consoante os gostos, elas podem ser estampadas, rendadas, lisas, em tons escuros, em tecidos claros, transparentes, etc. Vejamos mais alguns exemplos.

Em Abril deste ano pude acompanhar na Alemanha, através dos meios de comunicação social, o boicote dos cidadãos ao transporte de contentores especiais para material radioactivo até um «local de armazenamento pro-

³⁰ Claro que a expressão mais genérica é útil: e tanto mais o é se o seu uso resultar do conhecimento da variedade dos seus hipónimos. Mas temo que isso não seja muitas vezes o caso.

visório» (*Zwischenlager*) em Gorleben. Tratou-se de mais um episódio na já muito longa controvérsia atómica alemã, a qual, tendo-se agudizado especialmente a partir de Chernobyl, é hoje paradigmática do modo como uma questão ambiental foi extravasando o domínio de técnicos para se tornar numa das questões mais quentes da política actual³¹. Com efeito, há tempos que se vinham desenrolando os *Konsensgespräche* (as *conversações do consenso*) entre o governo e a oposição no sentido de se debater o chamado *Ausstieg* (abandono da opção nuclear), exigida, não só pelos Verdes, mas também pelo SPD. No entanto, elas tiveram como pano de fundo uma atitude de renitência da parte do estado de Niedersachsen quanto a aceitar os resíduos radioactivos em causa. Desta vez, os resíduos acabaram por chegar ao seu destino, depois de muitas e muitas horas de boicote, e com a ajuda dum extremamente oneroso aparato policial. A indústria provou ser capaz de fazer valer os seus interesses, mas à custa de enormes investimentos na segurança (policial e não só) da operação. Mas também é legítimo concluir que a derrota da população local, que acabou por receber os indesejáveis resíduos radioactivos, constituiu mesmo assim uma vitória em termos de opinião pública, pois ficou demonstrado que só com elevados custos com a *Entsorgung* e com a resolução de conflitos sociais é que a energia nuclear «barata», na Alemanha, se consegue obter³². Assim, quando se usa a palavra *consenso*, nem sempre devemos pressupor que ele exista de facto.

Acabo de usar o termo *Entsorgung*, que constitui o calcanhar de Aquiles da controvérsia alemã sobre a energia nuclear, e para a qual é difícil obter um correspondente em Português³³. Tentando traduzir à letra, este termo significaria qualquer coisa como «o acto de nos livrarmos das nossas preocupações». Por sua vez, *Entsorgungspark* designa um local, nomeada-

³¹ Sobre os reflexos linguísticos desta polémica veja-se sobretudo Jung, 1994 e 1995.

³² A este acontecimento seguiu-se, no passado dia 13 de Maio, o significativo aumento percentual obtido pelos Verdes nas eleições do Estado de Nordrhein-Westfalen, o mais populoso e industrializado da Alemanha.

³³ Até agora tem-se usado no contexto português a expressão «destino final», também vaga e eufemística, mas que, ironicamente, lembra algo como «solução final». A associação com a ideia de morte também está presente na expressão «cemitério nuclear».

mente um *parque* (palavra que no Alemão tem ainda conotações idílicas inequívocas) para depositar as tais *preocupações*. A imprensa alemã tem sido pródiga a arranjar novos contextos para o termo, o que prova que uma comunidade linguística não é constituída por sistemas fechados (Jung, 1994: 144-149): *Ausländerentsorgung* (destino final a dar aos estrangeiros), *Seniorenentsorgung* (destino final a dar aos velhos), *Entsorgung der Vergangenheit* (esta expressão de Habermas é quase intraduzível: qualquer coisa como *enterrar o passado nazi*).

Também no caso da controvérsia dos lixos em geral se fala em *Entsorgung*, servindo esta palavra, que já pertence ao léxico do cidadão comum, para designar correntemente o acto genérico de dar destino ao lixo³⁴. Mas há muitos mais termos com o mesmo potencial eufemístico, de que destaco alguns exemplos extraídos dum inventário levado a cabo pela Greenpeace (Baerens/von Arnswald 1993: 175-176), que reproduzo em anexo³⁵, traduzido por mim. Não me deterei em comentários, pois o material fala por si.

Todavia, uma análise linguística da comunicação sobre riscos ambientais não pode resumir-se a uma inventariação lexical e terminológica (e nem mesmo o pequeno conjunto de exemplos que apresentei é suficiente para dar conta da complexidade que uma análise aprofundada destes fenómenos envolveria!). Termino pois com uma sinopse dum artigo de Hans-Jürgen Heringer (Heringer, 1990), um dos mais reputados linguistas alemães da

³⁴ Quando quis obter caixotes de cartão para enviar livros em alguns estabelecimentos alemães, disseram-me que não tinham nada para me dar, pois os caixotes eram imediatamente «entsorgt» (destroçados, recolhidos e encaminhados para reciclagem). Por outro lado, o verbo «entsorgen» tem vindo algumas vezes a ser usado, não sem alguma dose de ironia, com um complemento acusativo que refere a entidade a quem o falante se dirige, e não o lixo a que se dá destino. Assim, é frequente ouvirem-se frases como: «Ich wollte dich gerade «entsorgen», aber wie ich sehe, hast du die Schokolade noch nicht aufgegessen...» Traduzindo: «Eu queria livrar-te de preocupações (pondo a tua embalagem vazia no lixo), mas agora reparo que ainda não acabaste de comer o chocolate!»

³⁵ Através da sua leitura compreende-se porque é que uma área de negócios que tem vindo a ganhar importância na Alemanha seja a construção civil ecológica, ou seja, isenta de materiais tóxicos.

actualidade, que, perante o tristemente conhecido *Informations-GAU*³⁶ que se seguiu ao acidente de Chernobyl, não escondeu a cabeça debaixo dos livros e adoptou uma atitude de crítica enérgica da linguagem usada. Num estilo muito irónico e adoptando uma posição que não se pode considerar de indignação por haver mentiras, antes aceitando a sua existência como um facto consumado da comunicação para o qual devemos estar preparados, este autor propõe toda uma série de máximas comunicativas para uso de quem deseje enganar terceiros, que passo a transcrever.

1. Fornece as tuas informações aos bocadinhos; diz apenas aquilo que tu achas que não é possível evitar dizer. O melhor, no entanto, é não forneceres nenhuma informação.
2. Selecciona com cuidado as informações que vais fornecer.
3. Diz poucas coisas, mas repete-as muitas vezes.
4. Limita-te apenas a uma afirmação essencial. Não respondas a argumentos contrários: nem àqueles que forem justificados, nem a outros que possa haver.
5. Não ligués ao que os teus destinatários desejam saber.
6. Fornece informações nuas e cruas, é irrelevante se os teus destinatários as compreendem ou não.
7. Sê mais preciso do que o necessário.
8. Não sejas muito preciso.
9. Bagateliza.
10. Faz inicialmente uma afirmação tranquilizadora, e depois vai-a negando aos poucos.

³⁶ Este termo é uma parodização de *GAU*, uma sigla nada transparente mas que fez história na controvérsia nuclear alemã para designar a tenebrosa realidade do *größter anzunehmender Unfall* (*MAE*, que estaria por qualquer coisa como: o *Maior Acidente Encarável*). *Informations-GAU* equivaleria portanto a qualquer coisa como *MAE informativo*.

11. Contradiz-te à vontade.
12. Luta pela detenção do poder comunicativo. Assegura-te de que os teus destinatários não têm acesso a outras fontes de informação.

Compreende-se então que um dos mais importantes campos de investigação interdisciplinar actual seja justamente o risco. Interessa a muitos: desde seguradoras a gestores de empresas, desde médicos a ministros, passando por todos nós, enquanto nos considerarmos cidadãos (= habitantes da cidade) e não apenas «leigos» (no sentido pejorativo que a palavra possa ter). Se muitas vezes não é de todo possível evitar riscos, pode todavia a sociedade como um todo participar no debate acerca da *selecção* dos riscos que está disposta a correr. Mas a democracia exige competência comunicativa, e faz parte dessa mesma competência não só assumir o risco de explicar convenientemente as decisões que se vão tomando, como também o risco de fazer perguntas, mesmo que incómodas, e também de questionar muitas das respostas que se recebe³⁷. Por alguma razão a palavra alemã para *maioridade* é *Mündigkeit* – ou seja, à letra, a capacidade para usar a boca. Se é verdade que *pela boca morre o peixe*, nos tempos que correm também é verdade que dela depende, em todos os sentidos, a nossa futura qualidade de vida. Quanto ao português, não quero acreditar que *maioridade* possa pressupor somente a ideia de *maior*.

³⁷ Há mesmo quem vá ao ponto de postular a necessidade duma competência comunicativa «ecológica» (Trampe, 1993).

Maria Adelaide de Sousa Chichorro Ferreira é assistente de Linguística Alemã do Grupo de Estudos Germanísticos da Faculdade de Letras de Coimbra e tem trabalhado no domínio da linguística contrastiva. Mais recentemente, a sua atenção tem-se voltado para uma área de estudos que se encontra ainda em fase de expansão: a Ecolinguística, um ramo das Ciências Humanas e da Linguagem que visa contribuir para a compreensão das relações entre língua e ecologia, adoptando uma perspectiva por vezes crítica, mas que todavia não se esgota num «politicamente correcto» de pendor ambientalista.

Anexo

Glossário do traficante de lixo (Greenpeace)

<i>Additif pour beton</i> (aditivo para betão)	<i>Filterstäube, Flugasche, Schlacke aus MVA</i> (poeiras de filtros, cinzas volantes, escórias provenientes de centrais de incineração)
No original: <i>Agglomera Torf</i> (aglomerado de turfa)	<i>Lackschlamm, Altöl, Sägemehl</i> (lamas de vernizes, óleos usados, escórias de serrações)
<i>Asphaltbeimischung</i> (aditivo para asfalto)	<i>Filterstäube, Flugasche, Schlacke aus MVA</i> (poeiras de filtros, cinzas volantes, escórias de incineradoras)
<i>Aufbereitung</i> (valorização, melhoramento)	<i>Verbrennung, Verschwelung, Deponierung</i> (queima, pirólise, deposição em aterro)
<i>Baumaterial für künstliches Riff</i> (material de construção para recifes artificiais)	<i>Hausmüll</i> (lixo doméstico)
<i>Biomasse (Hoechst)</i> (biomassa)	<i>Klärschlamm aus der Chemieproduktion</i> (lamas de ETARs provenientes da indústria química)
<i>bodenverbesserndes Material</i> (material para melhoramento dos solos)	<i>Klärschlamm</i> (lamas de ETARs)
<i>Böschungsbau (França)</i> (construção de taludes)	<i>Autoschredder, Giftmüll aller Art</i> (destroços triturados de carros, lixo tóxico de todos os tipos)
<i>Bremsbelägeproduktion</i> (produção de calços para travões)	<i>Asbestabfälle</i> (resíduos de amianto)
<i>Brennstoff für Kraftwerke</i> (combustível para centrais térmicas)	<i>verseuchtes Öl</i> (óleo contaminado)
	<i>Farb- , Lackschlamm, Lösemittel mit</i>

Ersatzbrennstoff

(combustível de recurso)

Füllmaterial für Landgewinnung

(material de enchimento para alargamento de terrenos)

Industriegummi

(borracha industrial)

Kritische Abfälle

(resíduos críticos)

Methangasfarm

(«Quinta» para aproveitamento do gás metano)

Mutterboden für unfruchtbares Land

(Terra para melhorar terrenos áridos)

Thermische / energetische Nutzung

(aproveitamento térmico/energético)

Recycling, thermisches

(reciclagem térmica)

Wirtschaftsgut, als Ware gehandelt;

Zweck: Umgehung der Abfallgesetze

(bens económicos, negociados como mercadorias; objectivo: torneiar a legislação sobre resíduos)

Sägemehl

(lamas de tintas e de vernizes, óleos usados, solventes misturados com serraduras)

Hausmüll, Chemiemüll

(Lixo doméstico, lixo proveniente da indústria química)

Altreifen

(pneus usados)

Giftmüll

(à letra: lixo venenoso; lixo tóxico, portanto)

Hausmülldeponierung

(aterro para lixo doméstico)

Aschen aller Art

(cinzas de todos os tipos)

Müllverbrennung

(incineração de lixo)

Verbrennung, Verschwelung,

(Incineração, pirólise)

Müll aller Art

(lixo de todos os tipos)

Referências bibliográficas

- BAERENS, Mathias; von ARNSWALD, Ulrich (1993) – *Die Müll-Connection: Entsorger und ihre Geschäfte. Ein Greenpeace-Buch*, München, Beck, pp. 175-176.
- BECK, Ulrich (1986) – *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne*, Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- DER SPIEGEL, n.º 26, 19.6.95, p. 22-36, «'Versenkt die Shell' – Die Deutschen rebellieren gegen den Ölmulti Shell».
- FERREIRA, Adelaide Chichorro (1994) – «Fundamentalismo ou miserabilismo?», in *Público*, 21.5.1994.
- FERREIRA, Adelaide Chichorro (1995) – «Sanfte Bräuche, sanfte Sprache? Aspekte der portugiesischen Umweltdebatte aus kontrastiver Sicht», em preparação.
- FILL, Alvin (1993) – *Ökoinguistik*, Tübingen, Gunter Narr.
- GIEGEL, Hans-Joachim (1992) – *Kommunikation und Konsens in modernen Gesellschaften*, Frankfurt a. Main, Suhrkamp.
- GROSS, Peter (1994) – *Die Multioptionsgesellschaft*, Frankfurt a. Main, Suhrkamp.
- HEIMANN, Martin (1995) – «Die Bedeutung von Verkehrsemissionen für das Klima.» Comunicação apresentada no encontro sobre «ambiente e trânsito» (Umwelt und Verkehr), organizado pelo ZUFO – Zentrum für Umweltforschung da Westfälische Wilhelms-Universität Münster e que decorreu nos dias 19 e 20 de Junho de 1995 nessa universidade.
- HENSCHLER, Dietrich (1995) – «Gesundheitsgefährdung aus Kfz-Emissionen – der Konflikt zwischen CO₂ und kanzerogenen Stoffen.» Comunicação apresentada no encontro sobre «ambiente e trânsito» (Umwelt und Verkehr), organizado pelo ZUFO – Zentrum für Umweltforschung da Westfälische Wilhelms-Universität Münster e que decorreu nos dias 19 e 20 de Junho de 1995 nessa universidade.
- HERINGER, Hans-Jürgen (1990) – «Hintergangene Maximen: Zum Beispiel Tschernobyl», in Hans-Jürgen Heringer – *Ich gebe Ihnen mein Ehrenwort. Politik, Sprache, Moral*, München, Beck.
- HOLLY, Werner (1990) – *Politikersprache. Inszenierungen und Rollenkonflikte im informellen Sprachhandeln eines Bundestagsabgeordneten*, Berlin, New York, de Gruyter.

- JUNG, Mathias (1990) – «Die Sprachmacht der Experten wankt. Öffentlicher Sprachgebrauch in den 60er und 80er Jahren», in *Forschungsjournal Neue Soziale Bewegungen*, 1990, H.1, pp. 77-80.
- JUNG, Mathias (1994) – *Öffentlichkeit und Sprachwandel. Zur Geschichte des Diskurses über die Atomenergie*, Obladen, Westdeutscher Verlag.
- JUNG, Mathias (1995) – «Umweltstörfälle. Fachsprache und Expertentum in der öffentlichen Diskussion», in Georg Stötzel; Martin Wengeler (1995) – *Kontroverse Begriffe. Geschichte des öffentlichen Sprachgebrauchs in der Bundesrepublik Deutschland*, Berlin/New York, Walter de Gruyter, pp. 619-678.
- LUHMANN, Niklas (1989) – *Ökologische Kommunikation. Kann die moderne Gesellschaft sich auf ökologische Gefährdungen einstellen?*, Obladen, Westdeutscher Verlag.
- LUHMANN, Niklas (1991) – *Soziologie des Risikos*, Berlin/New York, de Gruyter.
- MARMELO, Jorge (1995) – «Os 'aldrabões' da Greenpeace e os governantes portugueses», in *Público*, 15 de Julho de 1995, a semana local (Norte), p. 50.
- MARQUES, Viriato Soromenho (1993) – «1972-1992: Vinte anos entre o perigo e a esperança», in João Paulo Cotrim (coord.) – *De planeta nas mãos no pós ECO 92*, Lisboa, Colibri.
- MARQUES, Viriato Soromenho (1994) – *Regressar à Terra. Consciência ecológica e política de ambiente*, Lisboa, Fim de Século.
- NATUR, 1 / 1995 – «Umweltdaten: der kurze Traum von 'Ökoropa' / Bei Schadstoffen erreichen die Deutschen Spitzenwerte», pp. 48-49.
- PALMA, José Manuel (1995) – Fórum TSF sobre incineradoras hospitalares, 28.5.95.
- PÖRKSEN, Uwe (1992) – *Plastikwörter. Die Sprache einer internationalen Diktatur*, 4.ª ed., Stuttgart, Klett-Cotta.
- ROELCKE, Thorsten (1991) – «Das Eineidigkeitspostulat der lexikalischen Fachsprachensemantik», in *Zeitschrift für Germanistische Linguistik*, 19, 1991, pp. 194-208.
- SCHMIDT, Luísa (1993) – *O verde preto no branco*, Lisboa, Gradiva.
- SCHMIDT, Luísa (1994) – «Os resíduos da questão», in *Expresso*, Revista, 27.8.94, pp. 74-76.

- STRAUSS, Gerhard; ZIFONUN, Gisela (1985) – *Die Semantik schwerer Wörter im Deutschen*, Tübingen, Narr (Forschungsberichte des Instituts für Deutsche Sprache Mannheim, Bd. 58.1. und Bd. 58.2.).
- TRAMPE, Wilhelm (1993) – «Kommunikationsökologische Kompetenz», in Józef Darski (Hrsg.) – *Sprache und Kommunikation, Informatik: Akten des 26. Linguistischen Kolloquiums*, Posnán 1991, Bd. 2, pp. 606-611.
- ULLMAN, Stephen, (1977) – *A Semântica – uma Introdução à Ciência do Significado*, 4.ª ed., Lisboa, Gulbenkian.
- WICHTER, Sigurd (1988) – *Signifikantgleiche Zeichen. Untersuchungen zu den Problembereichen Polysemie, Homonymie und Vagheit auf der Basis eines kommunikativen Zeichenbegriffs am Beispiel deutsche Substantive, Adjektive und Verben*. Tübingen, Narr (= Tübinger Beiträge zur Linguistik 160).
- WICHTER, Sigurd (1994) – *Experten und Laienwortschätze. Umriss einer Lexikologie der Vertikalität*, Tübingen, Niemeyer.
- WITTKÄMPER, Gerhard W. (1992-1993) – «Bodenschutz als Problem der transnationalen Politik», in Wolfgang Barz, Holger Bonus, Bernd Brinkmann, Werner Hoppe, Karl-Friedrich Schreiber (Hrsg.) – *Forum Umweltschutz – Ausgewählte Vorträge*, Zentrum für Umweltforschung (ZUFO) der Westfälischen Wilhelms-Universität Münster, pp. 51-64.